



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA**  
**Estado de Minas Gerais**

**LEI Nº 950, DE 30 DE SETEMBRO DE 2.025**

*“Autoriza a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel à empresa privada”.*

*A Câmara dos Vereadores do Município de São José da Barra aprovou, e eu, Prefeito do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Fica autorizada a Concessão de Direito Real de Uso do imóvel com área de 1.333,10 m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e trinta e três metros e dez centímetros quadrados), situado na Rua E, no loteamento denominado Portal do Café, Bairro Bom Jesus dos Campos, de propriedade do Município de São José da Barra/ MG.

§1º Para a concessão de uso de que trata este artigo levar-se-á em conta o relevante interesse público na geração de emprego e renda para o Município.

§2º O imóvel a ser concedido será destinado à instalação de empresa do ramo alimentício.

**Art. 2º** Não será permitida a outorga de concessão de uso à empresa da qual seja sócio o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Servidores deste Município, bem como às pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau ou por adoção.

**Art. 3º** A Concessão de Uso será não onerosa e precedida de processo licitatório.

§ 1º O contrato de concessão de uso terá prazo de vigência de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura do Termo.

§ 2º O Contrato de Concessão poderá ser prorrogado por igual período, se presente o interesse público e mediante assinatura de Termo Aditivo.

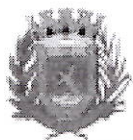
§ 3º Expirado o prazo de concessão previsto no contrato ou no termo aditivo ou em caso de revogação da concessão, reverterá ao Município de São José da Barra, sem qualquer indenização, a posse do imóvel concedido, bem como integrará o patrimônio público quaisquer benfeitorias que forem realizadas no local, independentemente de notificação e sem ônus ao Poder Público.

**Art. 4º** O imóvel público a ser concedido tem por finalidade a geração de empregos e renda no Município e somente poderão participar do processo licitatório aqueles que atenderem as exigências estabelecidas no edital de concorrência.

**Art. 5º** Caberá ao concessionário as seguintes obrigações:

I – iniciar as atividades no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato de concessão;

II – gerar, no mínimo, dois empregos diretos;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA**

### **Estado de Minas Gerais**

---

III – utilizar equipamentos apropriados, segundo as normas da Vigilância Sanitária, para a comercialização de gêneros alimentícios, mediante aprovação por parte do Município;

IV – responsabilizar-se pelas despesas de água e energia elétrica do imóvel, assim como pelos demais custos de consumo e manutenção deste;

V – manter durante todo o prazo de concessão a finalidade prevista na lei autorizativa;

VI – obter junto aos órgãos competentes todas as autorizações e licenciamentos necessários para funcionamento e manutenção, caso necessário;

VII – adimplir com as obrigações estabelecidas para a concessão de uso no prazo e condições definidas no contrato;

VIII – manter as características originais do bem concedido;

IX – não realizar qualquer obra, reparo, intervenção no imóvel ou qualquer alteração no projeto original do estabelecimento, sem o consentimento prévio e formal do Município concedente;

X - efetuar a manutenção das instalações das redes elétrica e hidráulica;

XI - utilizar apenas a área dimensionada do imóvel concedido;

XII – observar e cumprir a legislação municipal vigente e as cláusulas do Contrato de Concessão de Uso.

XIII – não perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos;

#### **Art. 6º São encargos do Poder Concedente:**

I – regular o uso concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II – intervir, nos casos e condições previstos em Lei;

III – extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei, nas normas pertinentes e na forma prevista no contrato;

IV – cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais da concessão;

V – zelar pela boa qualidade do uso, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, bem como tomar as providências cabíveis.

**Art. 7º** A concessão se reveste de inalienabilidade, ficando vedado à concessionária ceder, emprestar, permitir, alugar, sub-rogar ou alienar o imóvel sob qualquer forma, sob pena de anulação do ato e reversão do imóvel, livre de quaisquer impedimentos, sem prejuízo das medidas administrativas, civis ou penais.

§ 1º Além das proibições constantes do caput deste artigo, constitui motivo para a revogação da concessão as seguintes situações:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA

### Estado de Minas Gerais

I – Paralisação das atividades pela concessionária, por período superior a 30 (trinta) dias, salvo força maior, pandemia ou caso fortuito;

II – Dar ao imóvel destinação diversa daquela prevista contratualmente;

§ 2º Em caso de revogação da concessão, nenhuma indenização será devida à concessionária.

**Art. 8º** O descumprimento de qualquer das condições impostas na presente Lei e no contrato de concessão por parte da concessionária implicará a revogação da concessão e ensejará a reversão imediata do imóvel ao patrimônio público do Município de São José da Barra.

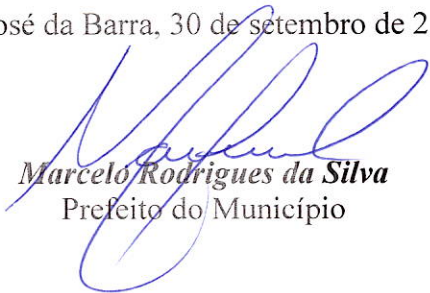
**Art. 9º** A concessionária responderá pelos encargos civis, administrativos e tributários sobre o imóvel objeto da concessão.

**Art. 10.** Para fins da presente Lei fica o imóvel a ser concedido desafetado de sua finalidade pública.

**Art. 11.** Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do disposto nesta Lei.

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

São José da Barra, 30 de setembro de 2.025

  
**Marcelo Rodrigues da Silva**  
Prefeito do Município

